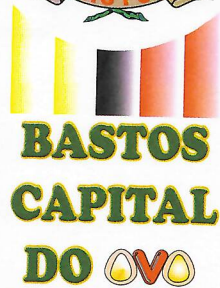




# CÂMARA MUNICIPAL DE BASTOS

ESTADO DE SÃO PAULO



Ofício nº. 059/2024

Bastos, 19 de março de 2024.

Em atendimento ao contido na **Moção nº 015/2024**, de autoria da vereadora Neusa Aparecida Tognon Jorge, ora aprovada por unanimidade de votos na 04ª Sessão Ordinária realizada no dia 18/03/2024, cuja cópia segue em anexo, vimos através do presente manifestar, em nome da comunidade bastense, irrestrito apoio ao Congresso Nacional, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo e de se evitar um possível ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442.

Sendo o que nos reserva para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Neusa Aparecida Tognon Jorge  
Presidente

Ao Senhor  
**RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília - DF





# CÂMARA MUNICIPAL DE BASTOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

**BASTOS**  
**CAPITAL**

**DO OVO**

### MESA DIRETORA

2023 - 2024

NEUSA AP. TOGNON JORGE  
PRESIDENTE

NELSON BESSA DE ALMEIDA  
VICE-PRESIDENTE

PEDRO FUMIO NIKAIKO  
1º SECRETÁRIO

CLAUDEMIR J. DOS SANTOS  
2º SECRETÁRIO

### VEREADORES

ADAUTO DIAS DO PRADO

EDSON MOURA DA SILVA

IVANESSA AP. DE CASTRO

JOSÉ APARECIDO CHAVES

JOSÉ LUIZ N. B. NASCIMENTO

KLEBER LOPES DE SOUSA

VALTER BATALLINE

### MOCÃO Nº. 015/2024

De 13 de março de 2024.

REQUEREMOS à Mesa da Câmara Municipal, nos termos regimentais, envio de ofício aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dando ciência que o Poder Legislativo Bastense, em nome da comunidade bastense, **está manifestando irrestrito apoio ao Congresso Nacional**, a fim de garantir as prerrogativas constitucionais e republicanas das competências do Poder Legislativo e de se evitar um possível ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442.

### JUSTIFICATIVA

A Presidente da Câmara Neusa Aparecida Tognon Jorge, juntamente com os vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, requerem à Mesa Diretora o envio de expediente aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para acolher esta moção como manifestação de vontade da maioria absoluta do Povo de Bastos mediante deliberação de seus representantes legitimamente eleitos, no intuito de impedir a usurpação da competência primária do Poder Legislativo de legiferante.

Além da defesa do princípio republicano da Separação de Poderes e do sistema de Freios e Contrapesos, consagrados no texto constitucional, esta moção é motivada pelo tentame de legislar por vias judiciais matérias a respeito da prática do aborto, conforme implícita a ADPF nº 442 – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental apresentada ao Supremo Tribunal Federal no sentido de questionar a recepcionalidade dos artigos 124 e 126 do Código Penal (dispõe sobre o aborto no país) diante da Constituição Federal brasileira.

Esta moção considera também a ofensa mais ampla à vida contida na tese da ADPF 442, que não somente propõe a legalização do aborto até 12 semanas, mas propõe a tese que ultrapassa este marco de três meses, visto que está fundamentada no argumento de que “não haveria como se imputar direitos fundamentais ao embrião. O estatuto de pessoa só seria reconhecido após nascimento com vida” e afirma ainda que “A dignidade da pessoa humana exige mais do que simplesmente o pertencimento à espécie humana para os efeitos protetivos do princípio constitucional. O conteúdo essencial mínimo para a dignidade humana, segundo os próprios ministros da Corte, é o valor intrínseco, simplesmente porque se é humano, mas sem o estatuto de pessoa humana, autonomia, isto é, o reconhecimento de sua capacidade de guiar-se por seu projeto de vida individual, e o valor comunitário. Ainda segundo os ministros da Corte, é na interseção entre a dignidade, a autonomia e a cidadania que o sentido de existência digna passa a receber conteúdo concreto. Não há preceitos absolutos em nosso ordenamento constitucional”. Coloca-se, assim, na própria tese, critérios alheios ao ordenamento jurídico brasileiro e um relativismo tal que atinge a vida humana em geral e não apenas a dos nascituros.

Esta moção ainda louva especialmente as recentes manifestações do Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quanto ao julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do porte de drogas para uso da própria pessoa, em que o parlamentar diz que “a decisão do parlamento é a única com legitimidade”, trata a

CM BASTOS/SP - Protocolo nº 000.120-13/03/2024 - 15:15:23 - Tiago de Araujo Inoue





# CÂMARA MUNICIPAL DE BASTOS

## ESTADO DE SÃO PAULO

**BASTOS  
CAPITAL  
DO OVO**

### MESA DIRETORA

2023 - 2024

NEUSA AP. TOGNON JORGE  
PRESIDENTE

NELSON BESSA DE ALMEIDA  
VICE-PRESIDENTE

PEDRO FUMIO NIKAIKO  
1º SECRETÁRIO

CLAUDEMIR J. DOS SANTOS  
2º SECRETÁRIO

### VEREADORES

ADAUTO DIAS DO PRADO

EDSON MOURA DA SILVA

IVANESSA AP. DE CASTRO

JOSÉ APARECIDO CHAVES

JOSÉ LUIZ N. B. NASCIMENTO

KLEBER LOPES DE SOUSA

VALTER BATALLINE

possibilidade de ativismo judicial como “equivoco grave” e “invasão da competência do poder legislativo” e deixa claro que “não se pode atribuir ao Congresso Nacional inércia ou omissão”.

Portanto, pretende-se por meio desta moção manifestar expresso apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por sua postura, e reiterar a imensa importância em se garantir as prerrogativas do Congresso Nacional como único legitimado para legislar em tudo aquilo que lhe é próprio de sua competência, especialmente acerca da matéria presente no Recurso Extraordinário (RE) 635659, referente ao tema das drogas, e da ADPF 442, atinente ao tema do aborto, observando o que dispõe a Constituição Federal e lembrando que o Supremo Tribunal Federal tem como função comportar-se como guardião da Carta Magna e não como legislador.

Por fim, não se pode tampouco desprezar a vontade popular, de quem reza o Parágrafo Único do Artigo Primeiro de nossa atual Constituição todo poder emanar e por meio de cujos representantes se exercer e de quem, portanto, esta moção se faz voz. População que, através de diversas pesquisas feitas por variados institutos, invariavelmente reitera sua posição majoritariamente contrária ao aborto. Esta tentativa de avançar a pauta abortista encontrou lugar nas cortes do nosso judiciário justamente ao tentar evadir a restrição popular manifesta por seus representantes eleitos para legislar e que há décadas barram esforços semelhantes feitos no único foro competente para discussões legislativas, o Congresso Nacional.

Que a presente Moção, após aprovada pelos senhores pares, seja encaminhada, como prova de nossa mais veemente PREOCUPAÇÃO E APOIO, às seguintes autoridades, conforme seguem: Exmo. Sr. RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO - Senador Presidente do Senado Federal e Exmo. Sr. ARTHUR LIRA - Deputado Federal Presidente da Câmara dos Deputados.

Plenário Vereador Vicente Mitihiko Ishikawa,  
Em 13 de março de 2024.

  
Neusa Aparecida Tognon Jorge  
Vereador